



CADERNO LOGÍSTICO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES
LOGÍSTICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1º SEMESTRE

2018



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
FAZENDA E
PLANEJAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador // Luiz Fernando Pezão

Vice-Governador // Francisco Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ

Secretário de Estado // Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETARIA DE GESTÃO – SUBGEST

Subsecretário de Gestão // Marco Antonio Magalhães Pacheco Filho

SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA – SUPLOG

Superintendente de Logística // Ariane Olczewski

ELABORAÇÃO

Coordenadoria de Políticas de Logística - COPLOG // Mila Braga de Lima

EQUIPE TÉCNICA

Denilson de Brito Lima

Gabriela Braune de Castro Lopes

Marcelo Odon Archer Salgado

Mario Tinoco da Silva Filho

Sidnei José da Costa Junior

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Subsecretaria Adjunta de Tecnologia da Informação – SATI // Rafael Bezerra

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO

Av. Erasmo Braga, 118

CEP 20.020-000 – Centro – Rio

CADERNO LOGÍSTICO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS
ATIVIDADES LOGÍSTICAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1º SEMESTRE

2018

SUBSECRETARIA DE
Gestão

Conteúdo

Apresentação.....	6
Metodologia.....	7
Parte I - Suprimentos.....	9
1. Compras Públicas.....	9
1.1. Valor Total das Compras Públicas por Forma de Aquisição.....	9
1.2. Licitações por Modalidade.....	9
1.3. Maiores Famílias por Valor Comprado.....	10
1.4. Maiores Unidades Gestoras por Valor Comprado.....	10
1.5. Número Médio de Participantes nas Licitações.....	11
1.6. Valor Total dos Lances Homologados de Micro e Pequenas Empresas nos Pregões...11	
Eletrônicos.....	11
1.7. Participação Percentual das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos em Valor Total de Lances Vencedores.....	12
1.8. Número de Micro e Pequenas Empresas Participantes nos Pregões Eletrônicos.....	12
2. Licitações Desertas, Fracassadas, Anuladas e Revogadas.....	13
2.1. Quantidade de Licitações Fracassadas e Desertas:.....	13
2.2. Quantidade de Itens Desertos e Fracassados:.....	13
2.3. Cinco Unidades Gestoras com Maior Quantidade de Licitações Fracassadas e Desertas em 2018 com Histórico de Cinco Anos:.....	14
2.4. Cinco Unidades Gestoras com Maior Quantidade de Itens Fracassados e Desertos em 2018 com Histórico de Cinco Anos:.....	14
2.5. Cinco Famílias com Maior Quantidade de Licitações Fracassadas e Desertas em 2018 com Histórico de Cinco Anos:.....	15
2.6. Cinco Famílias com Maior Quantidade de Itens Fracassados e Desertos em 2018 com Histórico de Cinco Anos:.....	15
3. Fornecedores.....	16
3.1. Número de Fornecedores Cadastrados.....	16
3.2. Proporção dos Fornecedores Ativos em Relação ao Total de Fornecedores Cadastrados.....	16

3.3.	Maiores Fornecedores por Valores Contratados.....	17
3.4.	Penalizações Aplicadas a Fornecedores	17
4.	Indicadores Estratégicos	18
4.1.	Valores Estimados x Homologados nas Licitações (Economicidade).....	18
4.2.	Média de Valor por Processo Licitatório.....	18
Parte II - Transportes		19
1.	Frota.....	19
1.1.	Número Total de Veículos Operantes da Frota por Tipo de Propriedade	19
1.2.	Maiores Frotas por Unidades Gestoras	19
2.	Combustíveis.....	20
2.1.	Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Combustível	20
2.2.	Valor Total Gasto com Combustíveis por Forma de Fornecimento (Posto Interno/ Posto Externo)	20
2.3.	Cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustível.....	21
3.	Indicadores Estratégicos	22
3.1.	Volume Médio Consumido por Veículo.....	22
3.2.	Proporção de Veículos Adequados ao Padrão de Desempenho Veicular	22
PARTE III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LOGÍSTICO		23
1.	Capacitação e Redes	23
1.1.	Número de Servidores Capacitados.....	23
1.2.	Número Total de Integrantes das Redes	23
2.	Suporte aos usuários do SIGA.....	24
2.1.	Número Total de Atendimentos	24
2.2.	Número de atendimentos por assunto.....	24
Parte IV – Bens Móveis		26
1.	Bens Móveis.....	26
1.1.	Naturezas de Despesas com Maior Disponibilidade de Bens Móveis	26
1.2.	Maiores Unidades Gestoras por Disponibilidade de Bens Móveis Divididos por Natureza de Despesa	26

Apresentação

A Subsecretaria de Gestão da Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento apresenta a 5ª edição do Caderno Logístico, referente ao 1º semestre do ano 2018. Essa publicação reúne as principais estatísticas relativas às operações logísticas do Estado de Rio de Janeiro. As informações apresentadas neste Caderno têm por finalidade servir como fonte de informações para toda a sociedade, em especial, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e privados e demais interessados nas funções logísticas do Estado.

Os dados divulgados têm o objetivo de dar transparência às atividades de suprimentos, transportes e produção de conhecimento logístico, em suas diversas dimensões, possibilitando à sociedade conhecer e avaliar essas atividades, assim como embasar a discussão de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade do gasto público.

Nesse sentido, neste Caderno Logístico são apresentados dados que permitem o acompanhamento das principais funções logísticas, com indicações dos valores financeiros, atores e objetos envolvidos. Os dados do 1º semestre de 2018 foram agregados aos dados dos anos 2014 a 2017, quando disponíveis, permitindo uma análise do comportamento histórico das operações logísticas do Estado, tornando possível identificar tendências e avaliar os efeitos das políticas implementadas

ao longo desse período, bem como orientar as políticas logísticas a serem adotadas no futuro. Esta 5ª edição do Caderno Logístico foi modificada, sendo incluídas as informações relativas à gestão de bens móveis e licitações fracassadas e anuladas.

As tabelas detalhadas do Caderno Logístico estão disponíveis na internet, no Portal de Logística e Patrimônio, na página da Secretaria de Fazenda e Planejamento Estado do Rio de Janeiro (<http://www.fazenda.rj.gov.br>). Com as informações do Caderno Logístico na Internet, o usuário pode recuperar o conjunto de dados que foram utilizadas na elaboração dos gráficos apresentados nesta publicação, permitindo, assim a construção de tabelas e gráficos personalizados.

Metodologia

As informações apresentadas neste Caderno foram obtidas de diversas fontes. Contêm dados extraídos, entre outros, dos sistemas SIGA, CTF e SISCAP, além dos sistemas de controle e acompanhamento mantidos pela Subsecretaria de Gestão. Os registros se referem aos dados verificados até o final do mês de junho de 2018.

As informações referentes às compras públicas têm como fonte o banco de dados do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA). O SIGA é um sistema informatizado implantado em dezembro de 2009 com a finalidade de registrar, processar e controlar as compras e contratações públicas, de bens e serviços, efetuadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e da Administração Pública Indireta que são dependentes do Poder Executivo devem tramitar suas contratações por meio do SIGA.

A partir desta edição, os dados relativos às compras realizadas através do sistema de registro de preços passaram a ser computados pelas operações efetivamente contratadas, diferentemente das edições anteriores, quando se consideravam as operações requisitadas. Tal aperfeiçoamento era desejável na medida em que algumas requisições poderiam não se concretizar em contratações. As demais compras públicas continuaram a ser computadas da mesma forma: as licitações referem-se às operações homologadas e adjudicadas e as inexigibilidades e dispensas referem-se aos processos aprovados e finalizados. Contratações referentes a obras e serviços de engenharia não são integralmente registradas no SIGA e, portanto, nem todas as contratações dessa natureza estão computadas neste Caderno.

Os dados alusivos a combustíveis se referem ao contrato nº 001/2014 e seus aditivos que incluem o abastecimento e a utilização do sistema CTF, sendo a SEFAZ responsável e gestora central da oferta de combustível para os 79 órgãos e entidades participantes do Sistema Integrado de Aquisição e Distribuição de Combustíveis Derivados de Petróleo (SIADC). Esses órgãos e entidades obtêm combustíveis diretamente em depósitos instalados nas suas dependências (os chamados postos internos) e nos postos de abastecimento privados credenciados (os chamados postos externos) e realizam seus pagamentos por meio de descentralização de créditos orçamentários. Os dados de postos externos utilizados neste caderno são apurados pelo CTF (Sistema de Controle Total de Frotas) e contemplam os órgãos do contrato mencionado acima com exceção do TCE. Os dados de postos internos englobam os gastos apurados através do SIADC somados aos dados do DER e das corporações PMERJ, PCERJ e CBMERJ.

Uma observação importante é que os quadros que apresentam o total de combustível gasto por tipo de combustível e por forma de fornecimento contemplam o total dos dados de postos internos e externos. Porém, o quadro que representa o consumo de combustível por unidade gestora não inclui os dados de postos internos de DER, PMERJ, PCERJ e CBMERJ, pois não é possível individualizar os gastos de cada um dos quatro órgãos.

O controle mensal do consumo dos órgãos e entidades é realizado através do CTF, que prevê a instalação de chips nos carros oficiais e nas bombas de postos credenciados pela BR Distribuidora. Os dados relativos à frota são obtidos a partir do sistema CTF. São também utilizados dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, referente aos preços medidos de comercialização de combustíveis verificados no Rio de Janeiro.

Em relação ao cálculo do consumo médio veicular, foi introduzido um pequeno aperfeiçoamento metodológico na extração dos dados que levou à revisão dos consumos médios anteriormente publicados.

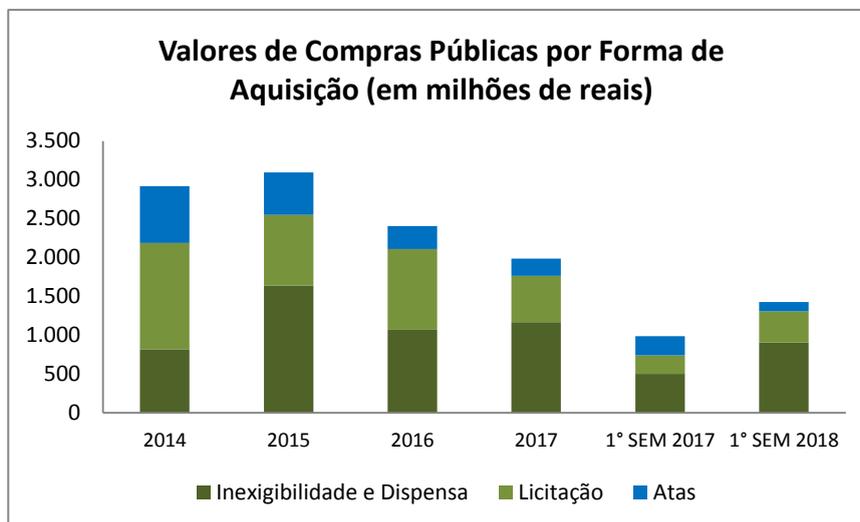
Finalmente, os dados referentes à produção de conhecimento logístico foram extraídos dos bancos de dados do Sistema de Capacitação – SISCAP, um aplicativo interno desenvolvido pela própria SUBLOP, na parte referente à capacitação de servidores, e do Redmine, um software livre, na parte referente ao Suporte SIGA.

Parte I - Suprimentos

1. Compras Públicas

1.1. Valor Total das Compras Públicas por Forma de Aquisição

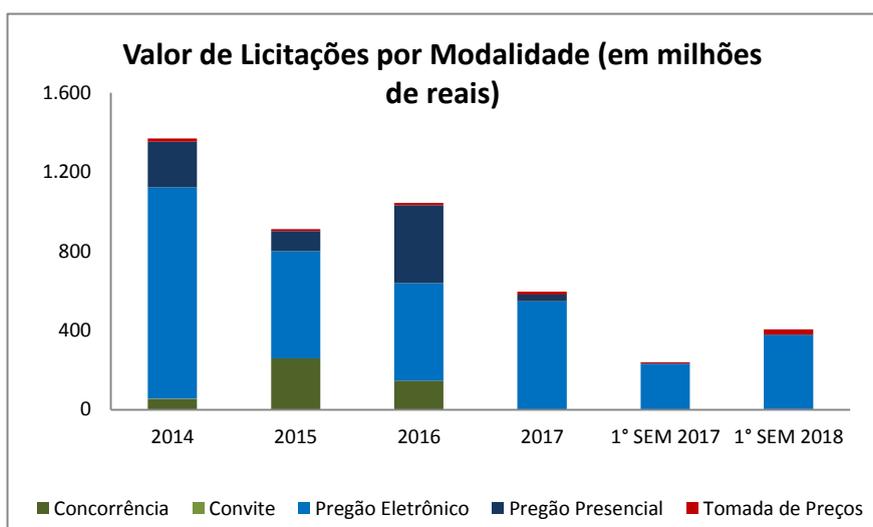
O valor total das compras públicas no SIGA no 1º semestre de 2018 foi de R\$ 1.427.450.212,36. Há um aumento de 42% em relação ao 1º semestre de 2017. Este crescimento pode significar uma



recuperação da tendência de queda notada desde 2015. Os dados do 1º semestre de 2018 demonstram um aumento de 42% em relação ao 1º semestre de 2017, contrariando a tendência de retração observada desde 2015. No 1º semestre de 2018, as compras realizadas sob a forma de inexigibilidades e dispensas representaram a principal forma de aquisição, seguidas pelas licitações e atas de registro de preços.

1.2. Licitações por Modalidade

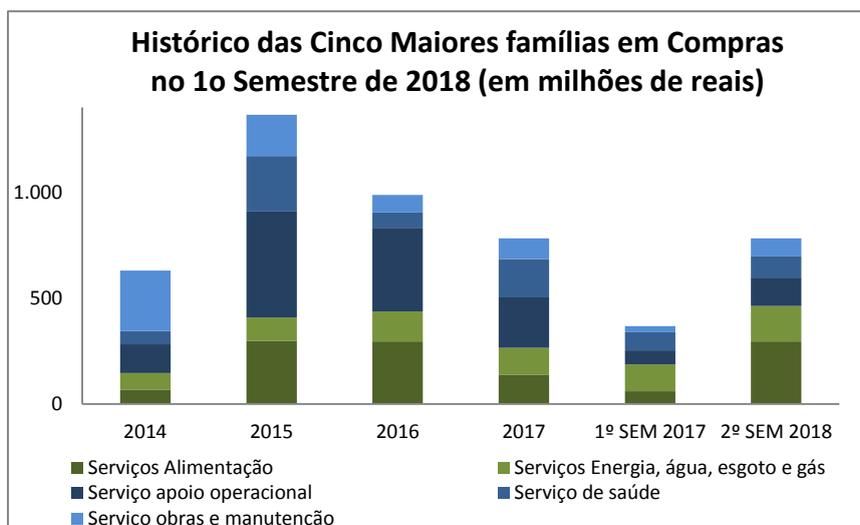
No 1º semestre de 2018 o pregão eletrônico respondeu por 92% das licitações realizadas no SIGA. Manteve-se no período de 2014 ao 1º semestre de 2018 como a principal modalidade nas



licitações. A segunda modalidade foi a tomada de preços, com 6,2% do valor das licitações. O pregão presencial e as concorrências representam juntos 1,4% das licitações. A modalidade convite não foi utilizada.

1.3. Maiores Famílias por Valor Comprado

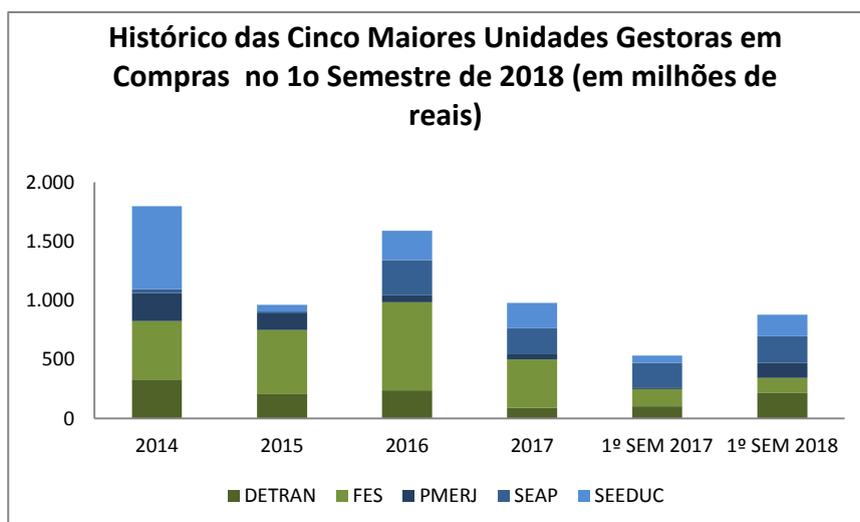
No 1º semestre de 2018 as cinco maiores famílias por volume de compras representaram 54% das compras totais, sendo a maior delas Serviços de Alimentação. Nos últimos anos, o



conjunto destas famílias vem apresentando um crescimento na sua participação em relação ao volume total comprado, saindo de 21% até chegar aos 54% atuais.

1.4. Maiores Unidades Gestoras por Valor Comprado

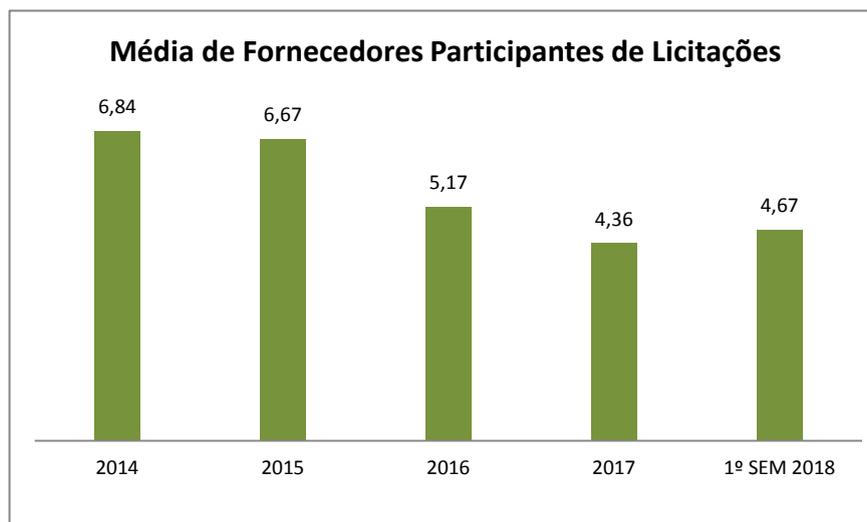
No 1º semestre de 2018 as cinco maiores Unidades Gestoras por volume de compras representaram 61% das compras totais, sendo a maior delas a SEAP. Nos últimos anos, o conjunto destas unidades



oscilou entre 30% e 62% das compras totais, sendo que a SEAP evoluiu de uma participação de 1,8% do volume total em 2014 para 25% no 1º semestre de 2018.

1.5. Número Médio de Participantes nas Licitações

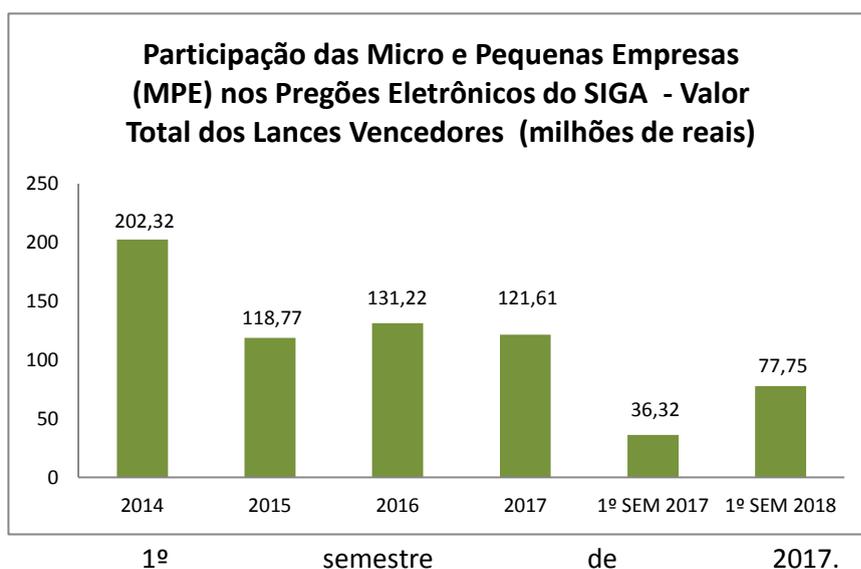
O número médio de participantes nas licitações diminuiu no período de 2014 a 2017, caindo de 7,6 naquele ano para 4,4 em 2017. No 1º semestre de 2018 houve um aumento de 7% em relação ao ano de 2017.



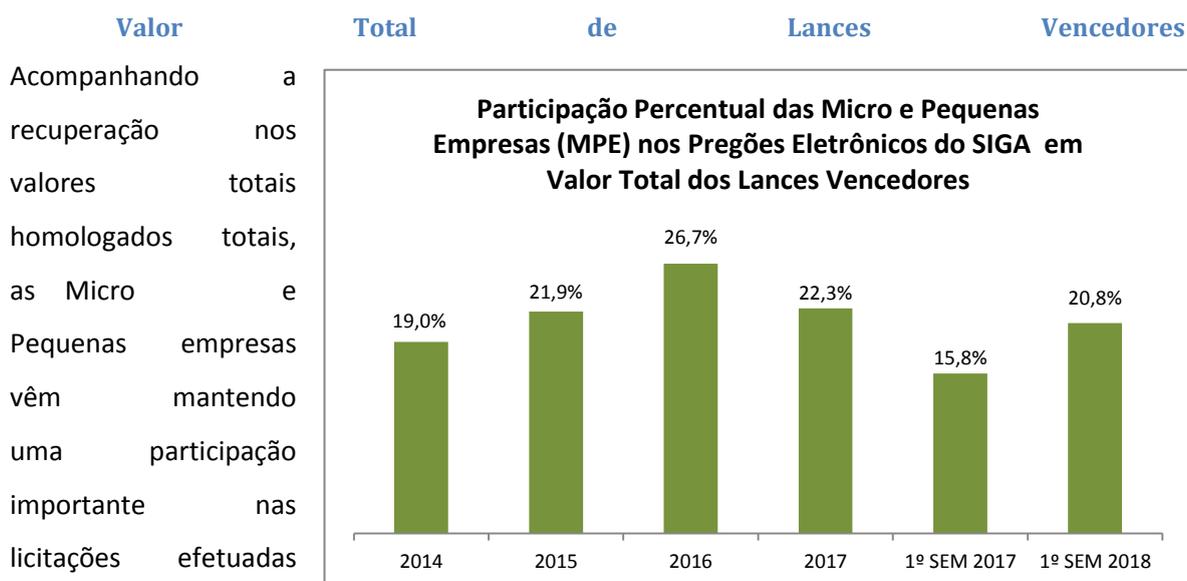
1.6. Valor Total dos Lances Homologados de Micro e Pequenas Empresas nos Pregões

Eletrônicos

O valor total dos lances homologados nos pregões eletrônicos no SIGA para Micro e Pequenas Empresas alcançou R\$ 77 milhões em no 1º semestre de 2018, o que representa mais que o dobro dos lances vencedores no

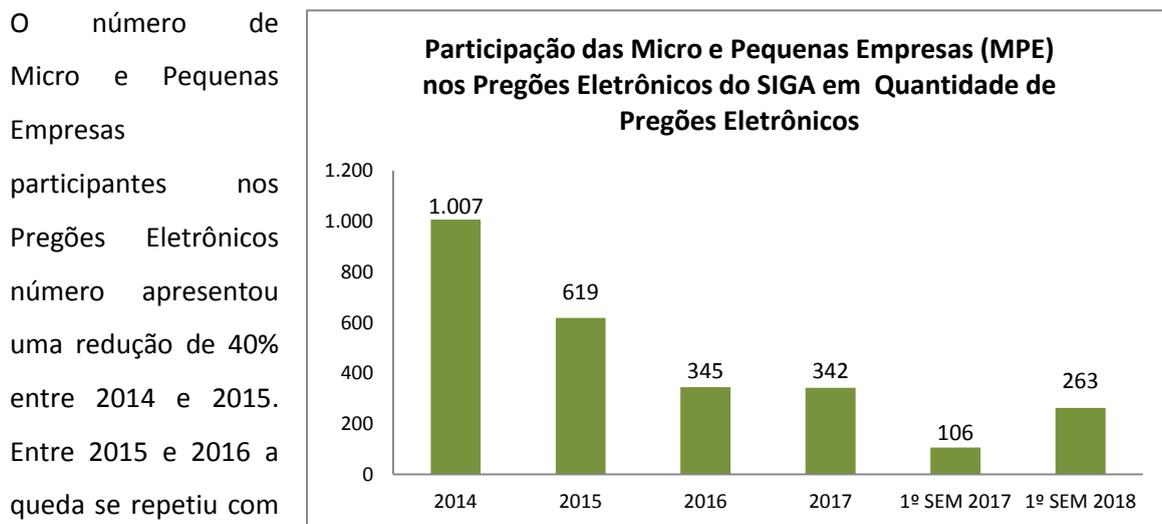


1.7. Participação Percentual das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos em



peelo Estado. O valor dos lances homologados por micro e pequenas empresas em relação ao valor total homologado nos pregões eletrônicos no SIGA tem oscilado por volta de 20%, em média, no período 2014 ao 1º semestre de 2018.

1.8. Número de Micro e Pequenas Empresas Participantes nos Pregões Eletrônicos

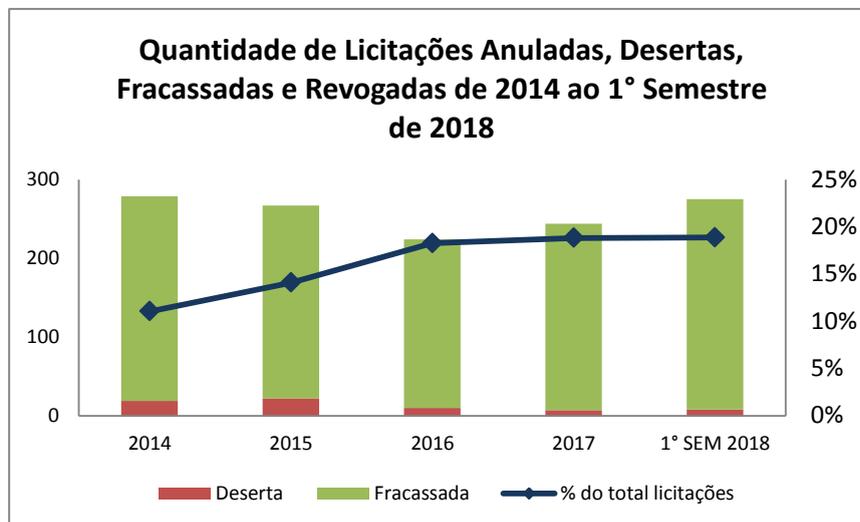


o percentual de aproximadamente 55%. Em 2017 a participação das Micro e Pequenas Empresas em número se manteve estável em relação a 2016. No 1º semestre de 2018 a participação das Micro e Pequenas Empresas quase duplicou em relação ao 1º semestre de 2017.

2. Licitações Desertas, Fracassadas, Anuladas e Revogadas

2.1. Quantidade de Licitações Fracassadas e Desertas:

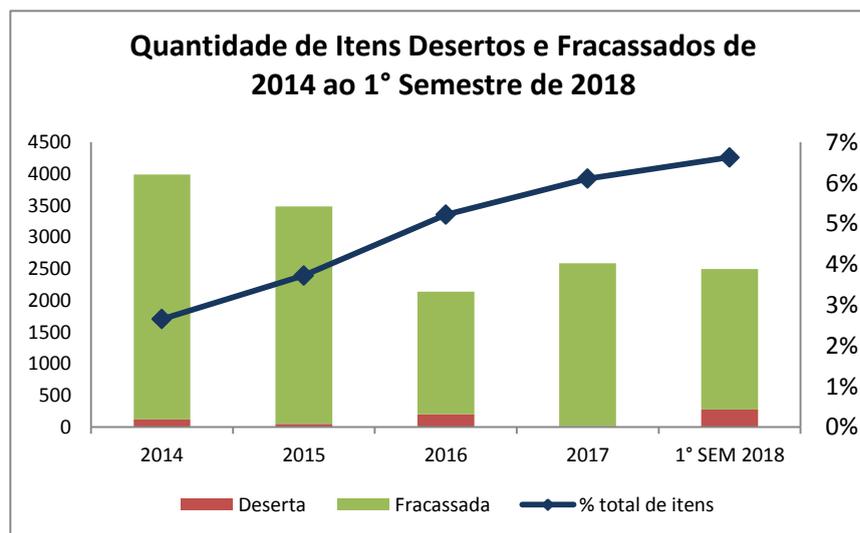
As licitações desertas e fracassadas entre 2014 e 2018 estiveram em torno de 15% do total de licitações. Em 2016 é observado um crescimento expressivo e a manutenção do patamar de licitações desertas e fracassadas



estável em torno de 18%. É possível observar que a tendência de crescimento ocorre no momento de agravamento da crise financeira do estado, de forma concomitante à diminuição da capacidade de pagamento em dia dos fornecedores.

2.2. Quantidade de Itens Desertos e Fracassados:

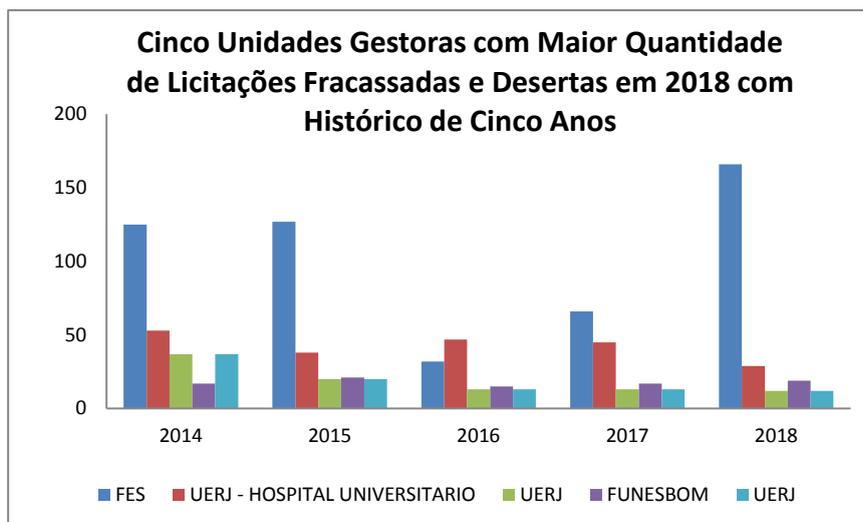
A quantidade de itens fracassados entre 2014 e o 1º semestre de 2018 manteve-se em torno de 4% dos itens licitados no período. A partir de um ponto mínimo de 2% dos itens em 2014 foi observado um crescimento expressivo,



principalmente em 2016, chegando a 6%. Em relação ao total de itens, o volume de itens nas licitações desertas e fracassadas segue crescendo percentualmente, alcançando o total de 6,63% no 1º semestre de 2018. É possível observar que a tendência de crescimento ocorre no momento de agravamento da crise financeira do estado.

2.3. Cinco Unidades Gestoras com Maior Quantidade de Licitações Fracassadas e Desertas em 2018 com Histórico de Cinco Anos:

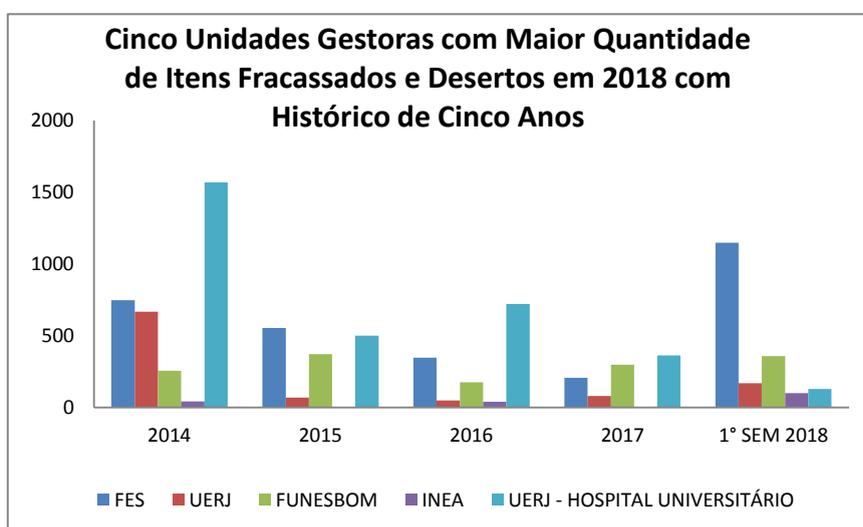
As cinco Unidades Gestoras que mais tiveram licitações fracassadas, desertas, anuladas e revogadas no 1º semestre de 2018 representaram 81% deste grupo de licitações em 2018. No retrospecto dos



últimos 5 anos estas Unidades representaram sempre em torno 60% do total de licitações não homologadas. A menor representatividade foi no ano de 2016 com 43% das licitações fracassadas, desertas, anuladas e revogadas.

2.4. Cinco Unidades Gestoras com Maior Quantidade de Itens Fracassados e Desertos em 2018 com Histórico de Cinco Anos:

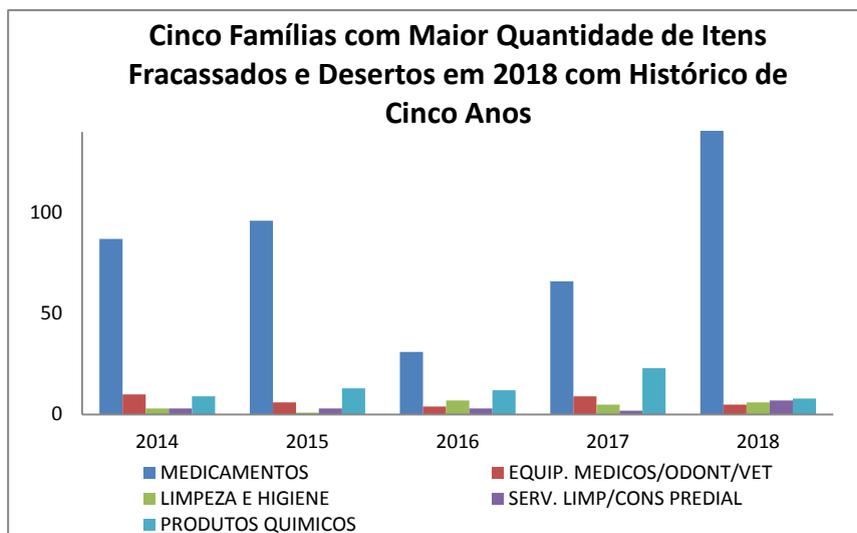
Proporcionalmente, as cinco Unidades Gestoras que mais tiveram itens fracassados, desertos, anulados e revogados no 1º semestre de 2018 representaram 77% deste grupo de itens no 1º semestre de 2018. No



retrospecto dos últimos 5 anos estas Unidades representaram sempre em torno 28 % do total de licitações não homologadas. A Fundação Saúde teve a maior participação em itens não homologados no 1º semestre de 2018 com 54% deste total.

2.5. Cinco Famílias com Maior Quantidade de Licitações Fracassadas e Desertas em 2018 com Histórico de Cinco Anos:

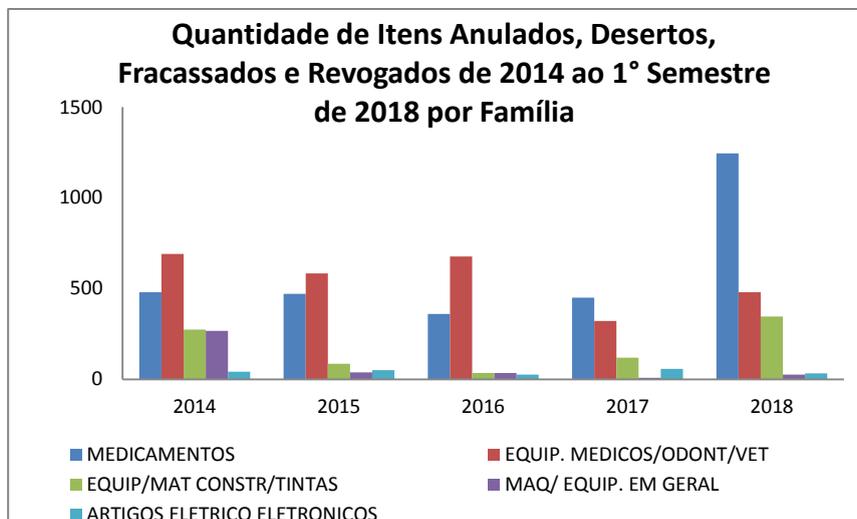
As cinco maiores famílias com maior número de licitações Fracassadas, Desertas, Anuladas e Revogadas foram responsáveis por 63% deste grupo de licitações em 2018. O destaque é a soma das famílias “Medicamentos” e



“Equipamentos Médicos, Odontológicos e Veterinários” que representaram 82% das Licitações Fracassadas, Desertas, Anuladas e Revogadas em 2018.

2.6. Cinco Famílias com Maior Quantidade de Itens Fracassados e Desertos em 2018 com Histórico de Cinco Anos:

As cinco maiores famílias com maior número de Itens Fracassados, Desertos, Anulados e Revogados foram responsáveis por 58% deste grupo de licitações em 2018. O destaque é a soma das famílias

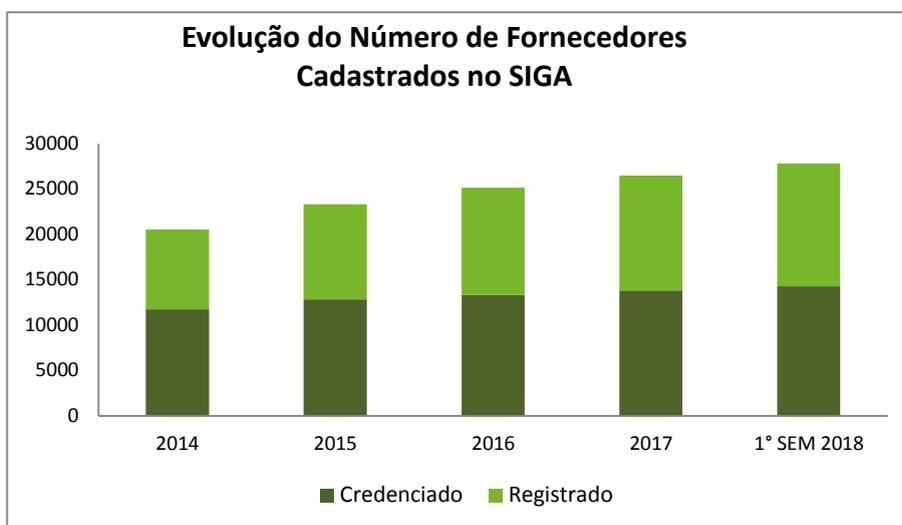


“Medicamentos” e “Equipamentos Médicos, Odontológicos e Veterinários” que representaram 80% dos Itens Fracassados, Desertos, Anulados e Revogados por Famílias.

3. Fornecedores

3.1. Número de Fornecedores Cadastrados

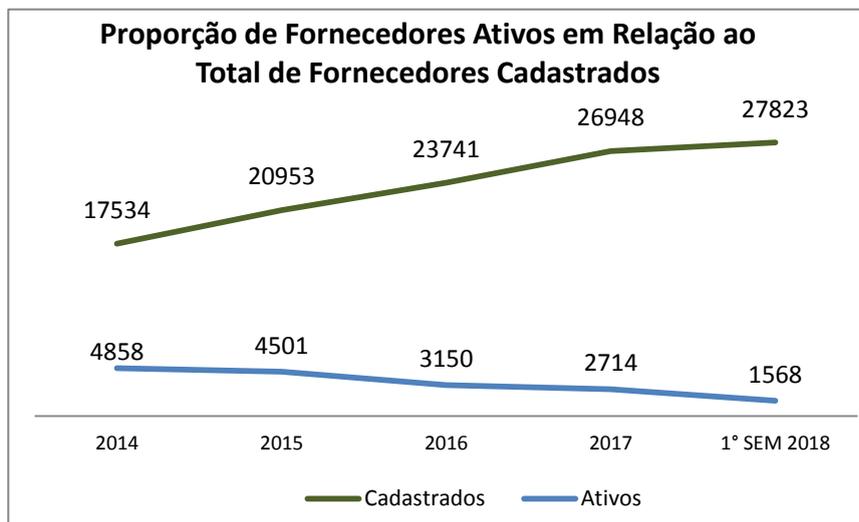
O número de fornecedores tem aumentado ano a ano com o cadastramento de novas empresas. Entre 2014 e 2017 foram registradas, em média 2.361 empresas por



ano. No primeiro semestre de 2018 foram cadastradas 925 empresas, o que corresponde a um crescimento de 3% no número de fornecedores cadastrados. Considerando o número total de empresas cadastradas, 51% são credenciadas, ou seja, podem atualmente participar dos processos licitatórios.

3.2. Proporção dos Fornecedores Ativos em Relação ao Total de Fornecedores Cadastrados

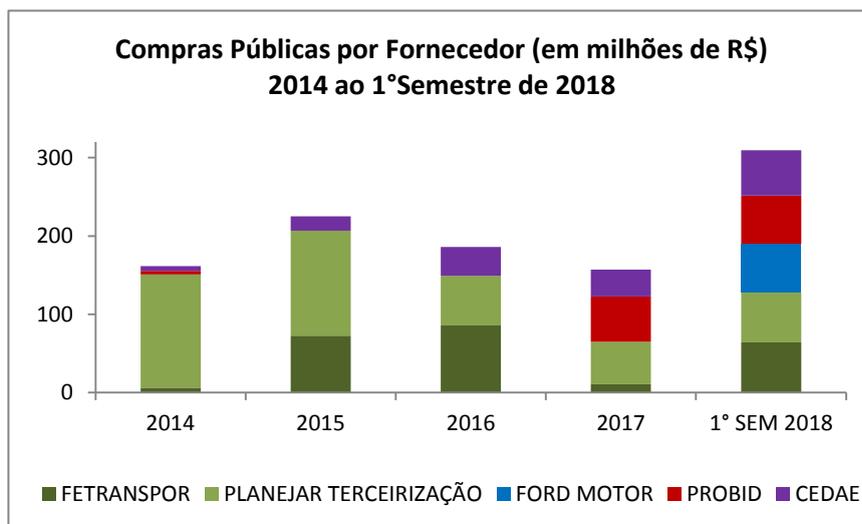
A proporção dos fornecedores ativos, que representa aqueles que efetivamente participam de licitações e compras diretas em relação ao total dos fornecedores cadastrados vêm se



reduzindo consistentemente ao longo do tempo. Isso é influenciado pela expansão do número de fornecedores cadastrados. A proporção de fornecedores ativos em relação aos cadastrados saiu de um nível de 27% em 2014 para aproximadamente 10% em 2017.

3.3. Maiores Fornecedores por Valores Contratados

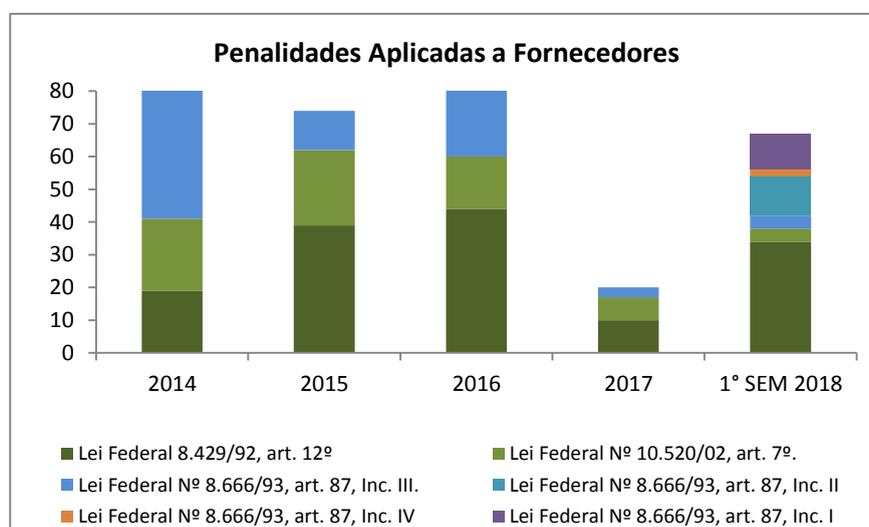
Os 5 maiores fornecedores para o Estado em relação ao valor responderam por 22% das compras totais no ano de 2017. Esta foi uma participação compatível comparada com a que essas mesmas



empresas alcançaram em 2017 (24%). Nos anos anteriores, a participação dessas empresas foi significativamente menor em 2016 (11%), em 2015 (7%) e em 2014 (9%). Dentre essas empresas, as que mais contrataram no 1º Semestre de 2018 foram, nessa ordem, FETRANSPOR (R\$ 64 mi), Planejar Terceirização (R\$ 63 mi), FORD Motor (R\$ 62 mi), PROBID (R\$ 61 mi) e CEDAE (R\$ 58 mi).

3.4. Penalizações Aplicadas a Fornecedores

O número de penalidades aplicadas a fornecedores manteve-se estável de 2014 a 2016, baixando 25% em 2017. No 1º semestre de 2018, as penalidades retornaram ao padrão



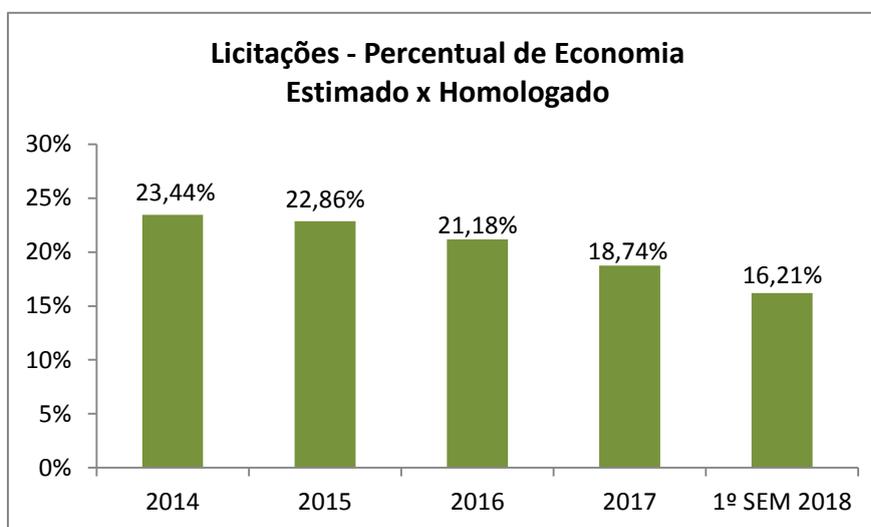
apresentado de 2014 a 2016. As penalidades mais comumente aplicadas correspondem aos Artigos e Incisos das Leis a seguir:

A lei Federal Nº 8666/93, art. 87, se refere nos respectivos incisos: I) advertência, II) multa, III) suspensão de contratação com o serviço público e IV) declaração de inidoneidade. A Lei 10.520/02, Art. 7º se refere ao Impedimento de licitar e de Contratar. A Lei Federal Lei Nº 8.249/92 Art. 12º se refere à Proibição de contratar com o poder público.

4. Indicadores Estratégicos

4.1. Valores Estimados x Homologados nas Licitações (Economicidade)

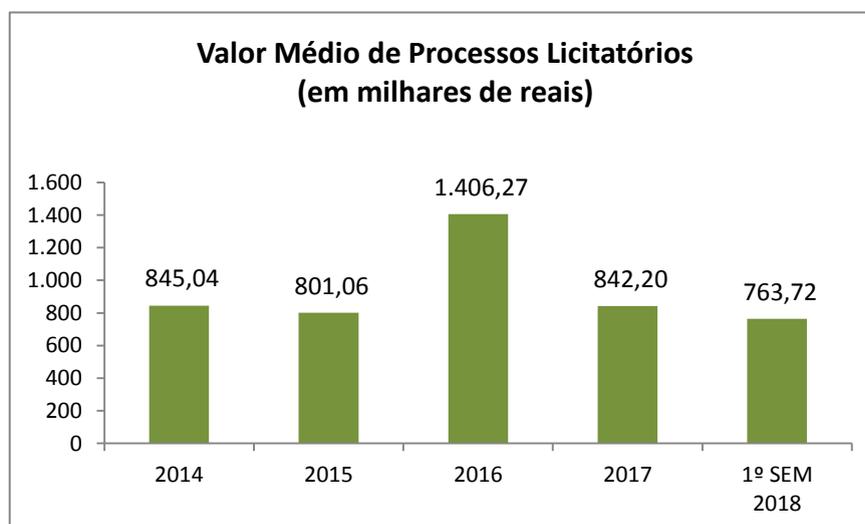
Nos últimos anos a economicidade obtida nas licitações tem se situado na faixa entre 16 e 23%. Desde o ano de 2014 foi verificada redução da diferença entre valores estimados e homologados nas



licitações. Entre os anos de 2014 e 2015 a queda foi de 0,6%. Entre 2015 e 2016 foi de 1,6% e de 2,4% entre 2016 e 2017. O 1º semestre de 2018 segue a mesma tendência com queda de 2,5% na economicidade.

4.2. Média de Valor por Processo Licitatório

No período entre 2014 e o 1º semestre de 2018 o valor médio licitatórios foi de R\$982 mil reais. As médias anuais oscilaram entre um máximo de R\$1.406.000,00 em 2016 e um mínimo de R\$763 mil reais no 1º



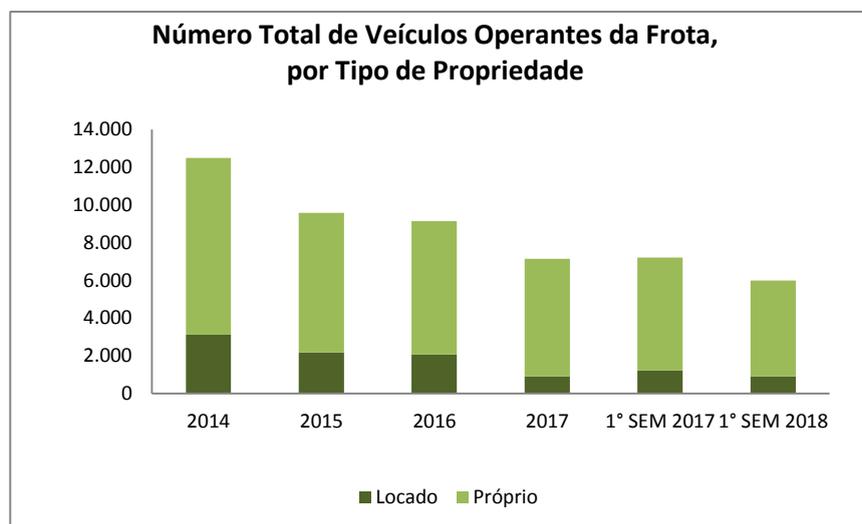
semestre de 2017. Os processos licitatórios tratados neste tópico incluem Pregão Eletrônico, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão Presencial e Convite, sem contabilizar as licitações realizadas para Registro de Preços.

Parte II - Transportes

1. Frota

1.1. Número Total de Veículos Operantes da Frota por Tipo de Propriedade

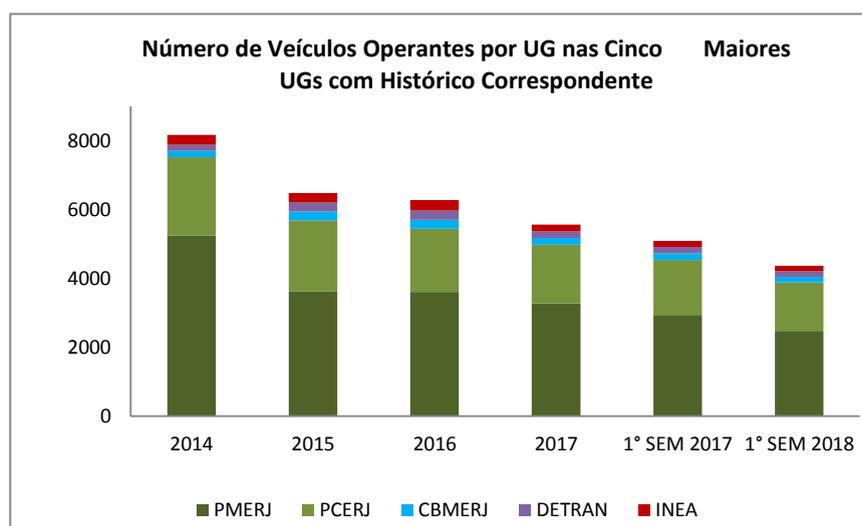
O tamanho da frota oficial vem se reduzindo entre 2014 e 2017. Diminuiu de um total de 12.309 veículos em 2014 para 5.991 veículos no 1º semestre de 2018. A frota total está 48 % menor em relação a



2014. A maior parte da frota, 85% em média, é composta de veículos próprios contra apenas 15% de veículos locados. A proporção de veículos locados diminuiu desde 2014 em 9%.

1.2. Maiores Frotas por Unidades Gestoras

As cinco unidades gestoras com maior número de veículos em suas frotas constituem, no conjunto, 78% da frota total do Estado. A maior frota é da Polícia Militar, que conta com 41% dos veículos da frota

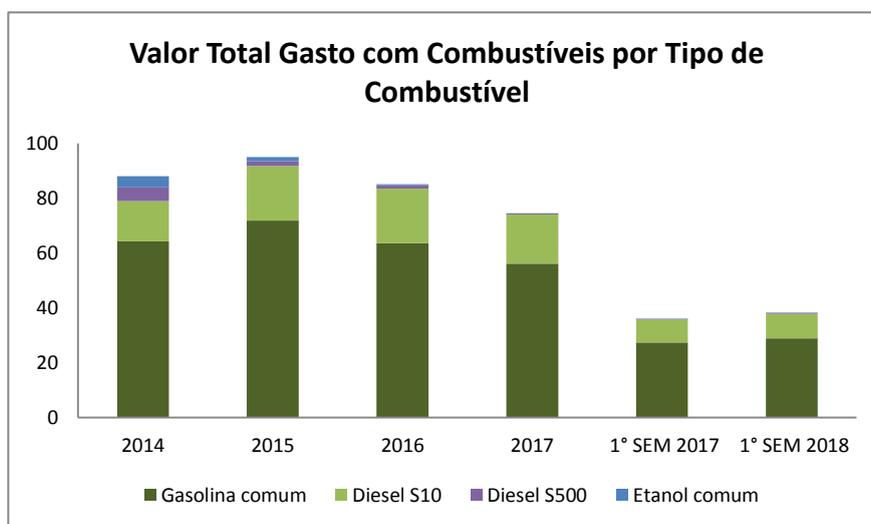


operante do Estado, seguida pela Polícia Civil, que responde por 24% da frota estadual. Outra frota significativa é a do Corpo de Bombeiros Militar. Juntas, essas três unidades perfazem 73% da frota total.

2. Combustíveis

2.1. Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Combustível

No 1º Semestre de 2018, o gasto total com combustíveis (gasolina, etanol, diesel S10 e diesel S500), foi de R\$ 38 milhões. Houve aumento de 6% em relação ao 1º Semestre de 2017.

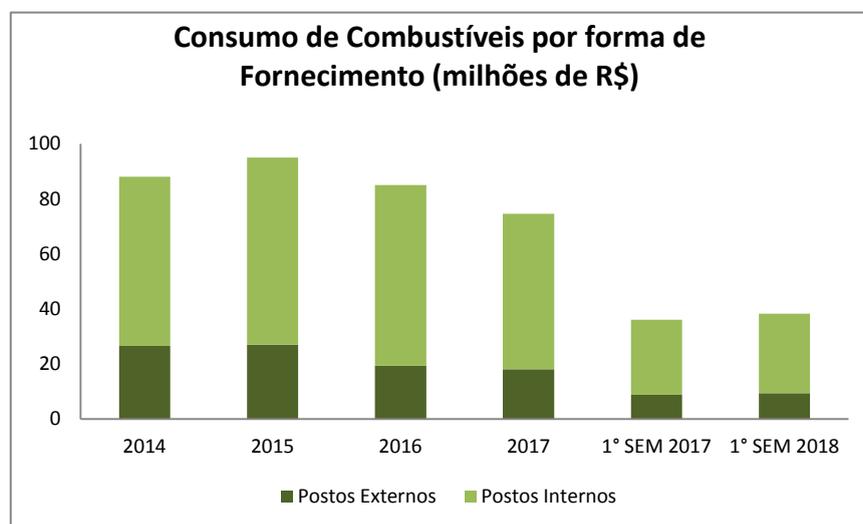


No período 2014-

2017, o maior gasto por tipo de combustível foi com gasolina, representando 75% do total, seguido pelo diesel S10, que respondeu por 22%.

2.2. Valor Total Gasto com Combustíveis por Forma de Fornecimento (Posto Interno/ Posto Externo)

A maior parte do combustível consumido pelos órgãos e entidades do Estado é fornecida a partir de postos internos. No primeiro semestre de 2018, os postos internos foram responsáveis por 75% do volume de combustível consumido.



2.3. Cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustível

As cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustíveis responderam, em 2017, por 10% do gasto total com combustíveis. Os dois maiores gastos foram da SEAP e do DETRAN. A seguir, em ordem do gasto vieram INEA, SEGOV e SES. No



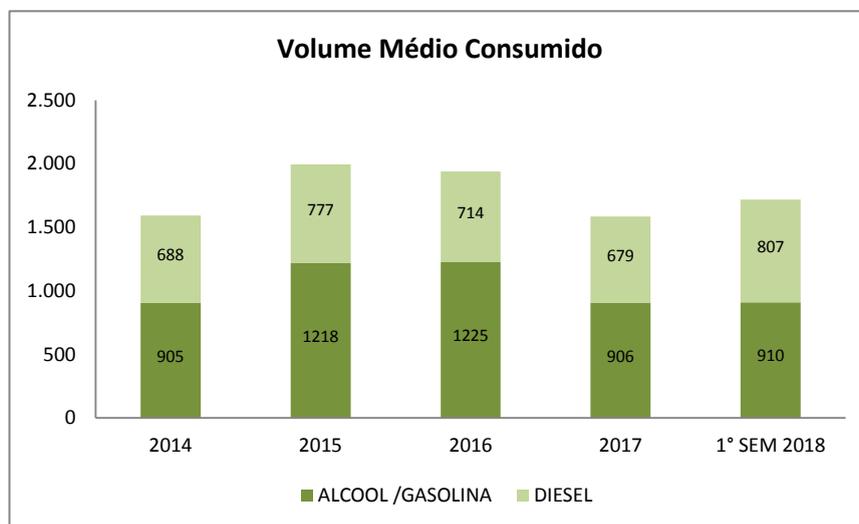
Engloba os gastos dos postos externos e a parcela dos postos internos abastecidos através do SIADC. Os postos internos da PMERJ, CBMERJ, PCERJ e DER não são abastecidos pelo SIADC.

conjunto essas cinco unidades têm representado entre 9,2% e 12,6% do gasto total com combustíveis no período 2014-2016. Uma observação importante é de que os dados da PMERJ, PCERJ e CBMERJ referem-se apenas ao abastecimento realizado nos postos externos, uma vez que no fechamento desta edição os dados referentes aos postos internos para estas unidades não estavam disponíveis de forma individualizada.

3. Indicadores Estratégicos

3.1. Volume Médio Consumido por Veículo

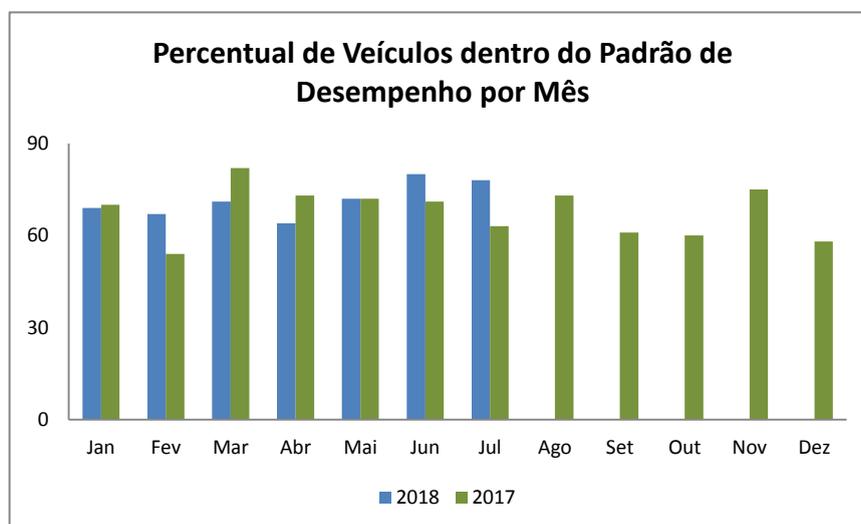
O volume médio consumido por veículo da frota movida à gasolina e álcool vem caindo sucessivamente de 2015 a 2017, com pouca variação no 1º semestre de 2018. No caso dos veículos



movidos a diesel, houve um incremento de 18% na média de 2018 em relação à 2017, o que revela uma utilização mais ampla desses veículos.

3.2. Proporção de Veículos Adequados ao Padrão de Desempenho Veicular

A Política de adequação do consumo de combustível a padrões de desempenho veicular foi instituída em 2017. A partir desta data foram mensurados os padrões de



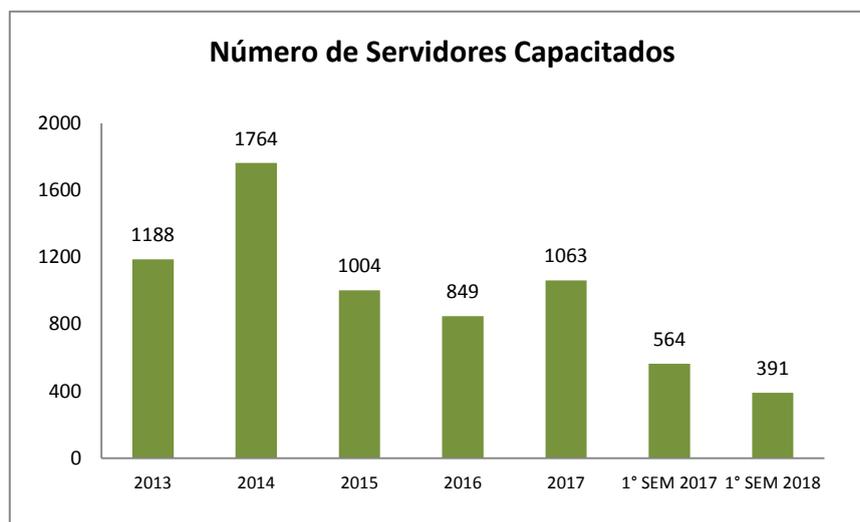
desempenho dos veículos da frota a cujos modelos puderam ser atribuídos padrões do INMETRO. Os padrões de desempenho são definidos em função de um consumo médio mínimo por km rodado. Os percentuais de adequação da frota foram de 67% em 2017 e aumentaram para 71% no 1º semestre de 2018.

PARTE III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LOGÍSTICO

1. Capacitação e Redes

1.1. Número de Servidores Capacitados

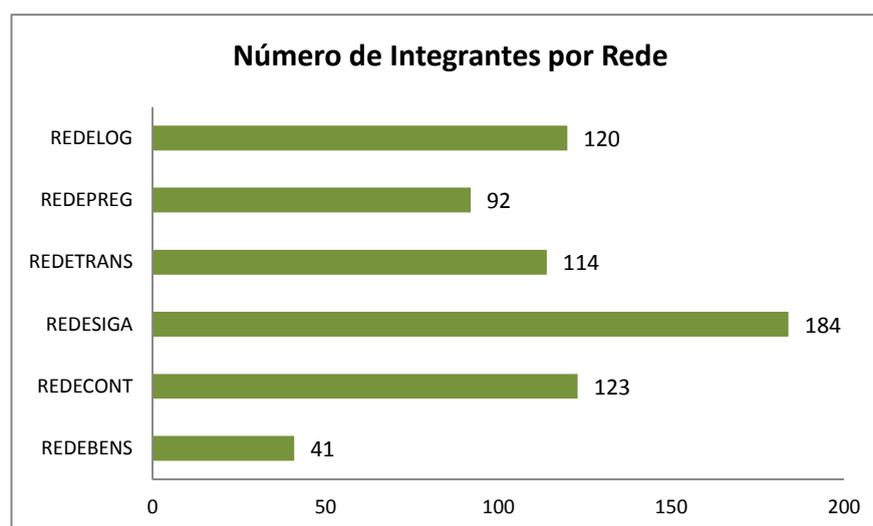
O número total de servidores de logística capacitados tem variado ano a ano, registrando um máximo de 1764 em 2014 e um mínimo de 849 em 2016. A média anual no período 2014-2017



foi de 1170 servidores. Os dados relativos ao 1º semestre de 2018 mostram que o número total de servidores capacitados foi menor que no 1º semestre 2017.

1.2. Número Total de Integrantes das Redes

As redes de Gestão Descentralizada (REDECONT, REDEPREG, REDEBENS e REDESIGA) têm apresentado variabilidade quanto ao número de seus integrantes em decorrência de expirações de

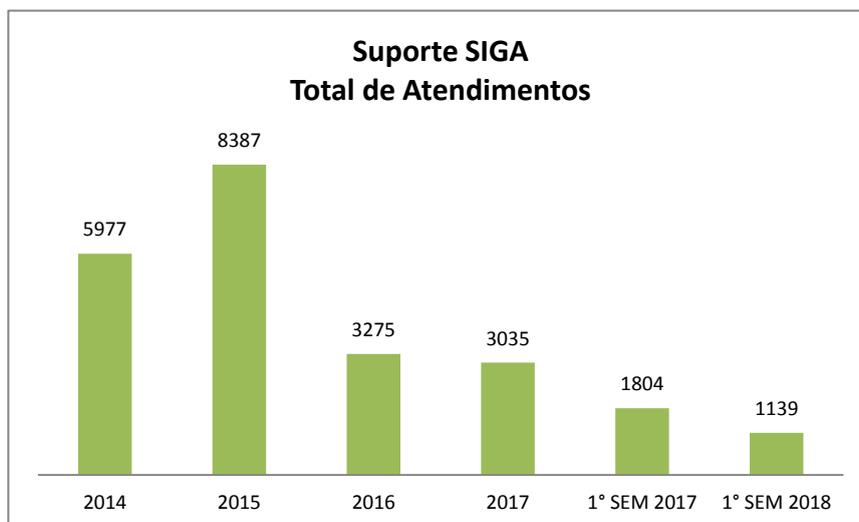


certificações e de remanejamento de servidores. Desde o 1º semestre de 2017 as redes logísticas estão em processo de remodelagem para integrar uma estrutura maior denominada REDELOG.

2. Suporte aos usuários do SIGA

2.1. Número Total de Atendimentos

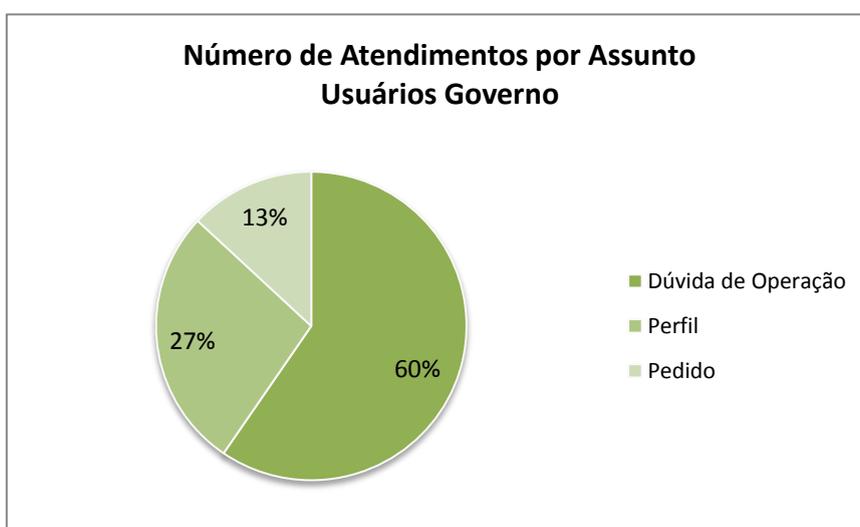
O número de atendimentos realizados pelo Suporte de Sistemas aos usuários do SIGA caiu a partir de 2016, depois de experimentar um pico de 8.387 atendimentos realizados em 2015.



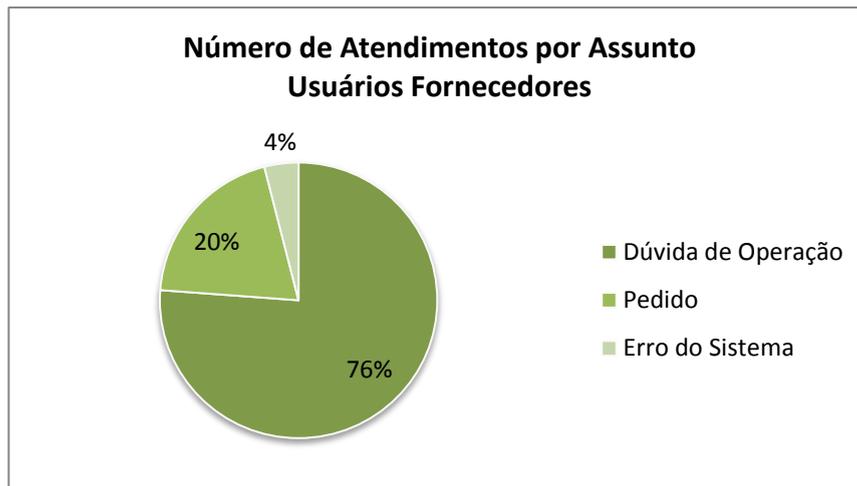
No 1º semestre de 2017 foram atendidos 1.804 usuários e no 1º semestre de 2018 foram atendidos 1.139 usuários.

2.2. Número de atendimentos por assunto

No 1º semestre de 2018, o assunto "Dúvida de Operação" foi o maior motivo de atendimentos, tanto nos contatos dos usuários do governo quanto de fornecedores. O segundo maior



motivo de atendimentos difere nos dois grupos de usuários.



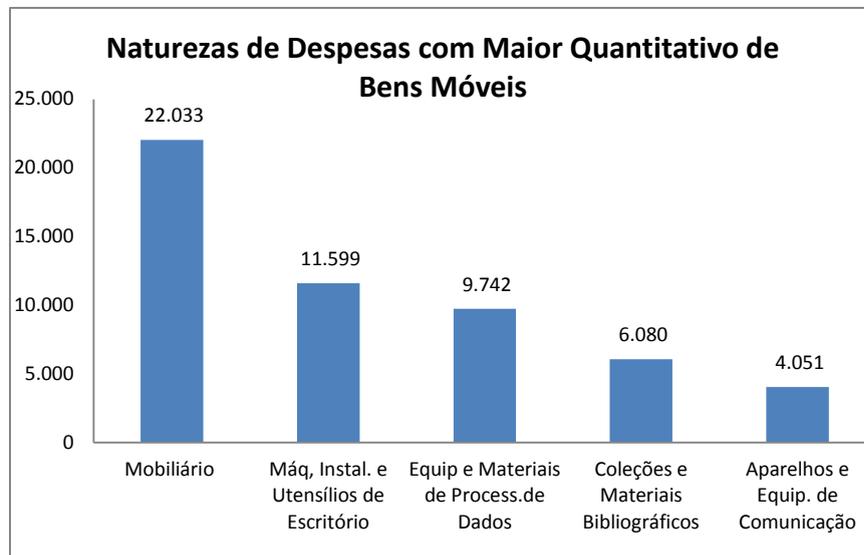
No grupo de usuários Governo, o segundo assunto mais atendido foi a “Solicitação de Perfis” enquanto no grupo de Fornecedores foram os “Pedidos”. O assunto “Pedidos” aparece como o 3º mais solicitado para atendimento no grupo de usuários Governo, enquanto os “Erros de Sistema” são o terceiro tipo de atendimento em percentual para o grupo de Fornecedores.

Parte IV – Bens Móveis

1. Bens Móveis

1.1. Naturezas de Despesas com Maior Disponibilidade de Bens Móveis

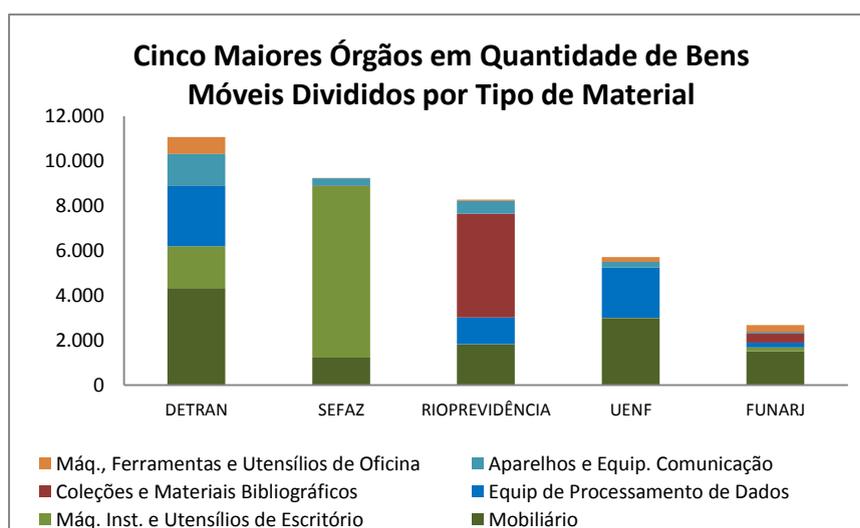
O panorama da disponibilização de bens móveis entre as naturezas de despesa no 1º semestre de 2018 mostra uma grande concentração dos na categoria “Mobiliário” que representa mais que o dobro da 2ª categoria melhor



colocada que é “Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório”. O total de bens móveis disponibilizados no ano de 2018 foi de 68.389 unidades.

1.2. Maiores Unidades Gestoras por Disponibilidade de Bens Móveis Divididos por Natureza de Despesa

Os cinco maiores órgãos e entidades em relação à disponibilização de bens móveis contabilizados de 2012 a 2018, possuem 62% dos bens móveis disponibilizados no Estado. O gráfico ao lado representa a distribuição por naturezas de despesa destes bens.



SIGLAS

SIGLA ÓRGÃOS	DESCRIÇÃO
FSC (FSCABRINI)	Fundação Santa Cabrini
FSERJ	Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro
FTM	Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro
FUESP SEAP	Fundo Especial Penitenciário
FUNARJ	Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEP	Fundo Especial do Depósito Público - FUNDEP
FUNDPERJ	Fundo Especial da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro
FUNESBOM	Fundo Especial do Corpo de Bombeiros
FUNESPOL	Fundo Especial da Polícia Civil
FUNESPOM	Fundo Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
FUNPERJ	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IO	Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro
IASERJ	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
IEEA	Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas
ISP (RIOSEGURANÇA)	Instituto de Segurança Pública RIOSEGURANÇA
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
IVB	Instituto Vital Brasil S/A
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
LOTERJ	Loteria do Estado do Rio de Janeiro
METRO	Companhia do Metroviário do Estado do Rio de Janeiro
MPE	Micro e Pequenas Empresas
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROCON	Autorarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro
PRODERJ	Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do RJ

PSAM SEA	Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Guanabara
RIOPREVIDENCIA	Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro
RIOTRILHOS	Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro
RJPREV	Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEAPEC	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SEAPPA	GES/ Projeto Rio Rural
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDEC	Secretaria de Estado de Defesa Civil
SEDEIS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
SEDRAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEELJE (SEEL)	Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude
SEESQV	Secretaria de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEH	Secretaria de Estado de Habitação
SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPREDEQ	Secretaria de Estado de Prevenção a Dependência Química
SEPROCON	Secretaria de Estado de Proteção e Defesa do Consumidor
SERVE	Empresa Estadual de Viação SERVE (em liquidação)
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SETRANS	Secretaria de Estado de Transportes
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SSCS	Subsecretaria da Comunicação Social
SSMCC	Subsecretaria Militar da Casa Civil
SUBLOP - SEPLAG	Subsecretaria de Logística e Patrimônio

SUDERJ	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEZO	Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
VG	Vice-Governadoria

SIGLA REDES	DESCRIÇÃO
REDEBENS	Rede de Gestores de Bens Móveis
REDEPREG	Rede de Pregoeiros do Governo do Estado do Rio de Janeiro
REDESIGA	Rede de Gerenciadores do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições
REDETRANSP	Rede de Transportes Oficiais
REDELOG	Rede Logística do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro
REDECONT	Rede de Gestores de Contrato



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
FAZENDA E
PLANEJAMENTO

Subsecretaria de Gestão

Av. Erasmo Braga, 118 // Centro - Rio de Janeiro - RJ

www.fazenda.rj.gov.br